



Percepção Ambiental de Unidades de Conservação: O Olhar da Comunidade Rural do Barroão no Entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru – BA

Damile Jesus Ferreira ¹
Christiana Cabicieri Profice ²

RESUMO

A atual relação entre ser humano-natureza que é estabelecida na sociedade capitalista é caracterizada pela dominação e degradação dos ambientes naturais. Assim, para a política ambiental, as Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral são a garantia da conservação da biodiversidade, embora não haja ainda o reconhecimento do importante papel das comunidades locais no manejo sustentável dos recursos, no processo de gestão ambiental e na conservação da biodiversidade. Diante disto, o objetivo deste trabalho foi compreender a percepção ambiental dos moradores da comunidade rural do Barroão (Uruçuca-BA) localizada no entorno do Parque Estadual da Serra do Conduru (PESC), identificando o tipo de relação que é estabelecida entre a comunidade e o PESC. O estudo trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, possuindo a fenomenologia como sua matriz teórico-metodológica. O método de coleta foi o uso de entrevistas semiestruturadas com 13 moradores integrantes da associação comunitária Doces e Segredos da Floresta, partindo de um roteiro elaborado seguindo as orientações metodológicas da percepção ambiental de Whyte (1977). As análises mostraram um distanciamento entre a gestão do PESC com a comunidade local, evidenciando a ausência da participação dos moradores nos processos de criação e gestão da UC. Apesar de estabelecerem uma relação conflitante com a unidade, os moradores reconhecem a função do parque e o consideram importante na conservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Percepção Ambiental; PESC; Gestão Ambiental; Mata Atlântica.

¹ Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Brasil. damileferreira@yahoo.com.br

² Doutorado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil. Professora na Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC, Brasil. ccprofice@uesc.br

O sistema capitalista se realiza por meio de uma abordagem antropocêntrica e a partir de uma lógica que se distancia da ética ambiental e de uma consciência sustentável. O seu principal objetivo se volta para o acúmulo do capital e o crescimento da produção a todo custo, gerando uma *irracionalidade produtiva* concretizada em manejos ecológicos e energéticos ineficientes, causando crescentes custos ambientais na produção de valores de uso e de mercadorias (Leff 2009).

Diante de tal contexto, como resolver ou pelo menos tentar desacelerar o ritmo da degradação ambiental? A solução que os governos encontraram, a partir de discussões nas conferências internacionais sobre o meio ambiente, foi a criação de grandes territórios naturais protegidos em todo o mundo. A criação dessas áreas se deu no início no século XIX, consolidando-se em maior abrangência apenas no início do século XX, tendo como marco inicial a criação do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872 e no Brasil o Parque Nacional de Itatiaia em 1937.

Em 2000 foi criado o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (MMA 2006b), o qual estabelece critérios e normas para criação, implementação e gestão das unidades de conservação. De acordo com este documento, as unidades de proteção integral devem criar Conselhos Consultivos mediante exigência legal, tendo como uma de suas atribuições propor diretrizes e ações para compatibilizar e integrar a relação com a população do entorno ou interior da UC, considerando que uma das vagas do conselho são de representantes da sociedade civil local.

No entanto, a definição e os critérios para o estabelecimento das unidades não são e nem foram satisfatórios para todos os indivíduos e comunidades envolvidos no processo. De acordo com Pureza et al. (2015), a maioria das categorias brasileiras das unidades de conservação foi delimitada sem respaldo de estudos científicos ou por critérios técnicos, dificultando a elaboração dos objetivos específicos de manejo. Desta maneira, as unidades de conservação por si não garantem a manutenção da biodiversidade, sendo a participação das comunidades essencial no objetivo da conservação. A forte dependência dos recursos naturais, a estrutura simbólica dessas comunidades e seus sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo, fazem com que possam ser parceiras necessárias aos esforços de conservação (Diegues & Arruda 2001).

Nesse sentido, a percepção ambiental surge como uma importante ferramenta para a gestão ambiental das UCs. A percepção ambiental possibilita a tomada de consciência do ambiente pelo homem, a partir do meio em que ele está inserido, sendo possível a caracterização do tipo de relação estabelecida entre as comunidades e a natureza, compreendendo seus julgamentos, atitudes, comportamentos e expectativas. Assim, a percepção ambiental contribui no planejamento e na gestão

das UCs, em projetos de Educação Ambiental, na administração de conflitos e na elaboração de políticas ambientais (Shiraishi 2010).

Conhecer o modo de vida, as tradições, as simbologias, as diversas formas de manejo e os anseios que os moradores exprimem a partir de suas próprias vozes, se torna um grande passo para compreender os sentidos por trás de cada ação e palavra. A pesquisa em percepção ambiental visa facilitar a transformação dos olhares das comunidades locais em vozes ativas, para que as mesmas possam participar da gestão das UCs e de seu entorno, tendo papel essencial na solução de conflitos.

Compreender a realidade e a problemática ambiental por outra visão de mundo e construir projetos partindo da realidade dos moradores, possibilita um trabalho calcado em suas bases locais, fortalecido pelos saberes e olhares de quem vive, convive e sobrevive no entorno das UCs.

Segundo os resultados do estudo de Vasco e Zakrzewski (2010), a realização de pesquisas sobre a percepção ambiental daqueles que vivem no entorno de UCs tem como maior preocupação a elaboração de programas que auxiliem na conservação da natureza a partir dos conhecimentos tradicionais dos moradores, juntamente com incentivos ao desenvolvimento sustentável local e visando a melhoria na comunicação entre os gestores e a comunidade.

A região sul da Bahia, por apresentar unidades de conservação de proteção integral que são consideradas como um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica do Nordeste e a maior diversidade florestal por hectare do planeta respectivamente (Reserva Biológica de Una e o PESC), necessita de olhares voltados para a gestão dessas unidades e para a vida dos moradores do seu entorno. Dessa forma, o objetivo do artigo buscou compreender a percepção ambiental dos moradores da Comunidade Rural do Barroço em relação ao Parque Estadual da Serra do Conduru – BA.

MATERIAL E MÉTODOS

CONHECENDO A ÁREA DE ESTUDO

O Parque Estadual Serra do Conduru (PESC), foi criado em fevereiro de 1997 e está inserido na Região Sul da Bahia possuindo uma área total de 9.275 hectares, abrangendo aproximadamente 45% do município de Uruçuca, 40% do município de Itacaré e 15% do município de Ilhéus (Bahia 2005). Dentro da unidade a vegetação predominante é a Floresta Ombrófila Densa Submontana, caracterizada por poucas árvores emergentes com muitas epífitas e lianas de grande porte (Jardim 2003). De sua área total a maior porcentagem é representada por Vegetação Secundária em estágio avançado de regeneração (Brasil 1994), sendo consequência da intensa extração da madeira.

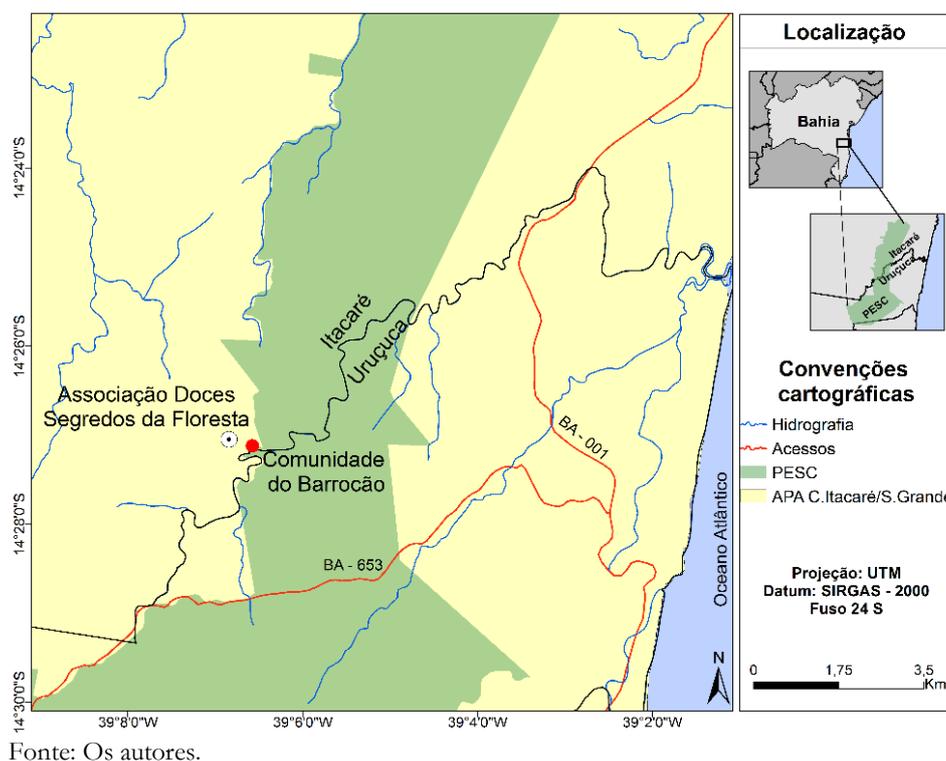
Damile de Jesus Ferreira; Christiana Cabicieri Profice

A região compreende áreas remanescentes de Mata Atlântica, sendo estas prioritárias para a atuação de projetos de conservação devido à extensão dos remanescentes florestais e à grande riqueza de espécies da fauna e flora, sendo atualmente uma das zonas núcleos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). A área do PESC também se encontra no Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA), que corresponde a uma rede de unidades de conservação entremeadas por áreas com variados graus de ocupação humana e diferentes formas de uso da terra (MMA 2006a), estando interligado ao Parque Municipal Boa Esperança em Ilhéus, por meio da criação do mini corredor ecológico Esperança-Conduru.

O PESC, além de possuir duas Áreas de Proteção Ambiental ao redor, apresenta cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), além das comunidades de seu entorno. Uma dessas comunidades, é a comunidade do Barroço que está inserida na área da Zona de Amortecimento do PESC, integrando também a APA da Costa de Itacaré/Serra Grande.

A comunidade do Barroço fica situada parte no município de Itacaré e parte no município de Uruçuca (Figura 01), caracterizando-se como uma comunidade estritamente rural, sendo que seu processo de ocupação territorial foi baseado no extrativismo do pau-brasil e outras madeiras nobres, bem como nas culturas de cana-de-açúcar, café, cacau, pesca e pecuária (Bahia 2005).

Figura 01. Mapa com a localização da comunidade do Barroço e da Associação Doces Segredos da Floresta.



Atualmente existem 80 famílias vivendo na comunidade, considerando que este número corresponde aos moradores que conseguiram permanecer na área após a chegada da unidade. Em termos de organização comunitária, a comunidade possui duas associações: Associação de Moradores do Barroão e a Associação Doces Segredos da Floresta. Esta última, que foi o foco central do estudo, foi criada burocraticamente em 2014, participando de programas governamentais federais como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (Brasil 2008) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (Brasil 2013) desde 2008.

A partir da visibilidade da organização comunitária e engajamento de seus associados, organizações não-governamentais e instituições socioambientais trouxeram atividades e cursos profissionalizantes no intuito de capacitar os moradores para seu desenvolvimento local sustentável. Atualmente a associação conta com 13 associados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com ênfase na perspectiva comunitária, desenvolvendo-se como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano” (Creswell 2010, p. 26), partindo das diferentes realidades construídas dos sujeitos de acordo com suas diversas visões de mundo.

A pesquisa assumiu a perspectiva da investigação qualitativa fenomenológica, já que o eixo norteador da investigação foi fundamentado na visão sistêmica e complexa da matriz teórica: a Fenomenologia. A pesquisa fenomenológica trabalha essencialmente com descrições, seja do vivido ou dos significados presentes nas experiências vividas, que são passíveis de compreensão, análise e interpretação.

A interpretação e compreensão da percepção ambiental dos sujeitos da pesquisa foi feita utilizando técnicas de pesquisa de campo elaboradas por Whyte (1977) em sua publicação *Guidelines for field studies in Environmental Perception*. A autora traz em suas diretrizes três abordagens que combinadas orienta no processo investigativo perceptivo: o observar, escutar e interrogar.

Observação direta e entrevistas semiestruturadas foram realizadas, permitindo a compreensão de variáveis referentes às experiências vividas, características individuais e de grupo, identidades, territorialidades, percepções sensoriais, atitudes e comportamentos (Whyte 1977).

As entrevistas foram direcionadas por um roteiro elaborado com perguntas norteadoras, complementadas por questões de acordo com a dinâmica do diálogo, possibilitando a emergência de

informações de forma mais livre, já que as respostas não foram condicionadas a uma padronização de alternativas.

A realização das entrevistas foi feita com todos os integrantes da Associação Doces e Segredos da Floresta, totalizando 13 associados. Pelo fato de se tratar de uma pesquisa socioambiental, fenomenológica e qualitativa, o contato e envolvimento com a comunidade precede qualquer procedimento metodológico técnico. Desta forma, a participação prévia às entrevistas nas reuniões mensais da associação e o encontro com os moradores foram essenciais para estabelecer uma relação mais íntima entre pesquisador e sujeito da pesquisa.

A investigação passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa, obtendo o parecer favorável à sua aprovação. Após os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa e a concessão de seu consentimento livre e esclarecido, as entrevistas com os moradores deram início no dia 12 de janeiro de 2017 finalizando-as em 14 de maio de 2017. As entrevistas autorizadas foram realizadas com gravação em câmera e gravador, acompanhada de registros fotográficos.

Após o término das gravações, a transcrição das entrevistas foi realizada de uma forma que se aproximou bastante na sua forma original, tentando ser fiel e pretendendo da melhor forma transformar um relato oral num texto escrito que seja de leitura inteligível. O estudo e análise das entrevistas transcritas foram fundamentadas de acordo com o referencial de Bardin (2009) sobre a análise de conteúdo.

Os dados foram agrupados na categoria valor conflitivo, a qual remete-se à discordância com a instalação do parque e sua atual gestão, como a significação e o conhecimento sobre o PESC.

Nesse sentido, a análise dos dados foi processada de forma cíclica, existindo um retorno periódico às entrevistas no intuito da busca dos significados precisos e permitindo a realização de inferências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PERFIL DOS ENTREVISTADOS E SUAS NUANCES

Dentre todos os entrevistados associados, a predominância do sexo feminino é evidente, sendo apenas 15% do sexo masculino e 85% do sexo feminino. Essa característica sintetiza a expressiva participação das mulheres tanto na organização da associação quanto na liderança de atividades e projetos.

Em relação à escolaridade foi possível identificar que mais da metade dos entrevistados possui o ensino fundamental I incompleto, o qual se refere a 1º a 4º série, equivalendo a 54% de seu total, sendo que os entrevistados estudaram apenas até a 2º ou 3º série. Um número de 23% conseguiu concluir o ensino médio e 8% são “sem escolaridade”, ou seja, nunca frequentaram a escola. Pesquisas anteriores realizadas em comunidades no entorno de unidades de conservação, também identificaram o nível de escolaridade baixo, com apenas o fundamental I incompleto (Lucena & Freire 2011; Pradeiczuk et al. 2015).

O grau de escolaridade reflete a precária instrução dos moradores e expõe as grandes dificuldades de acesso ao ensino. A partir dos relatos dos entrevistados, os motivos por não terem frequentado a escola ou dar continuidade aos estudos, indicam a inexistência de escolas na comunidade, além da necessidade de trabalhar na roça para ajudar na renda familiar.

A carência de escolas rurais no Brasil é refletida no número de crianças e adultos que precisam ir para os centros urbanos em busca do ensino. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica 2016 (Brasil 2017), 89,8% das escolas com ensino médio estão concentradas na zona urbana e 10,2% na zona rural, tendo a menor participação da zona rural em toda a educação básica. Embora 33,9% das escolas brasileiras estejam localizadas na zona rural, elas detêm apenas 11,4% das matrículas (5,6 milhões), considerando que o grau de urbanização das cidades, reflete na participação da zona rural nas matrículas.

As idades dos associados variaram entre 24 a 60 anos, tendo uma média de 43 anos. Em relação à profissão ou ocupação dos entrevistados todos trabalham com a agricultura, seja no cultivo de horta ou em plantações de diversas culturas, tais como o cacau, banana e cupuaçu. Apenas 38% dos associados já realizaram outro tipo de trabalho sem estar relacionado com a terra, como ajudante de pedreiro, vendedor (a) e doméstica.

Os dados revelaram que 54% dos entrevistados não são nativos da comunidade e 46% nasceram no Barroão. Todos os entrevistados que não são nativos da comunidade, vivem e convivem no lugar em um período que varia entre 07 a 38 anos, e o principal motivo de mudança para a comunidade, foi por causa do casamento.

No entanto, 92% dos entrevistados não-nativos são mulheres. Segundo Marin (2009) e Silvestro et al. (2001) esse cenário se materializa frequentemente no meio rural por questões de organização do trabalho nas unidades de produção familiar e processos sucessórios, que tendem a favorecer os homens na definição do herdeiro do patrimônio fundiário, revelando desigualdades na

distribuição das responsabilidades, das decisões e do patrimônio, entre os diferentes membros do grupo.

O VALOR CONFLITIVO: O PESC E SUAS (DE) LIMITAÇÕES

A instalação de toda unidade de conservação, seja de proteção integral ou de uso sustentável, acaba acarretando alguns conflitos ou mudanças na vida das populações que residem dentro ou próximo a essas unidades. O valor conflitivo discutido nesta parte do trabalho, se remete a percepção dos entrevistados em relação ao Parque Estadual da Serra do Conduru desde a sua criação e as experiências vivenciadas pela comunidade frente ao parque.

Dos moradores entrevistados, ao serem questionados se conheciam o PESC e se já entraram na unidade alguma vez, 69% responderam que conhecem a unidade e já entraram e 31% relataram que não conhecem o parque fisicamente. A frequência de idas ao parque dos 69% que já entraram dentro da unidade, não ultrapassou três vezes durante 20 anos desde a sua criação.

Em relação aos 31% que nunca entraram dentro do parque, estes afirmaram ter conhecimento da sua existência, mas nunca tiveram a oportunidade de frequentá-lo. Diante dos dados apresentados, o distanciamento da comunidade com o parque é refletido na frequência de visitação por parte dos moradores e no desconhecimento do mesmo na região, se tornando algo que não agrega e nem atrai os moradores do entorno, como mostra a seguinte fala: *“Vejo falar, mas conhecer mesmo não. Nunca fui lá. O PESC é aonde mesmo? Ahhh...é o parque, já fui, retiro que disse (risos). Já fui, fui só umas duas vezes. A primeira vez teve a festa do colégio dos meninos, e a segunda vez nem lembro mais o que fui fazer”* (Laura, 33 anos).

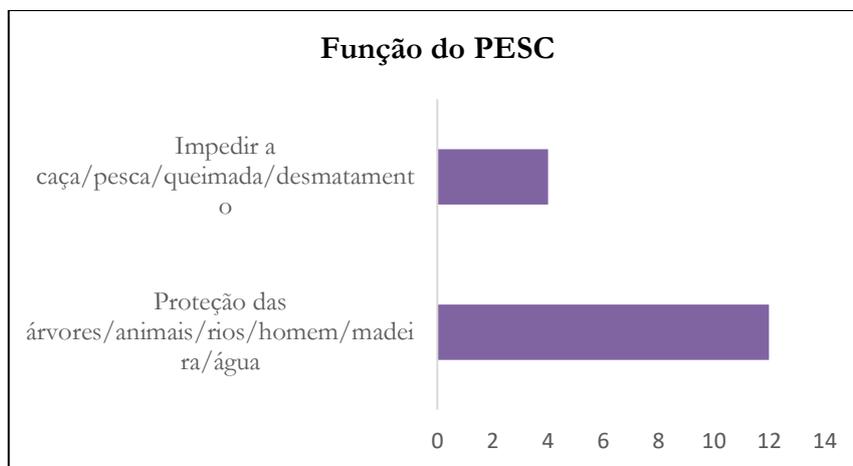
A falta de interesse e vontade de frequentar o parque, se deve pelo motivo de 92% dos entrevistados residirem em localidades mais distantes da sede e das delimitações da unidade e pela ausência de programas que envolvam e atraiam os moradores do entorno, contribuindo dessa forma para o maior distanciamento entre a comunidade e a gestão do parque.

Ao serem questionados “para que serve o parque”, 92% responderam com certeza que tem conhecimento sobre a função do PESC e apenas 8% relatou desconhecer a serventia do parque. Esse fator é de extrema importância para entender o nível de compreensão da comunidade a respeito da unidade e suas percepções sobre o real objetivo da presença do parque naquela região.

A partir dos relatos, os moradores mostraram ter conhecimento sobre a função do parque na região, listando duas principais funções: **01-** proteção das árvores, rios, homem, água, animais e madeira; **02 -** não deixar caçar, desmatar, queimar e pescar. A função de proteção ao meio ambiente e seus elementos naturais foi citada por 75% dos entrevistados, se apresentando como uma resposta

padrão e automática ao serem questionados sobre a funcionalidade do parque, como mostra a Figura 02, a partir do número de citações.

Figura 02. Funcionalidade do PESC na visão dos moradores.



Fonte: Os autores.

Os moradores relataram que o conhecimento sobre sua função do parque, foi adquirido “ouvindo os outros falarem” e “acabaram aprendendo”, informando que não foram avisados e muito menos esclarecidos sobre a instalação e função do parque: “O parque serve para preservar o meio ambiente né, porque alguém falou assim e eu ouço assim e alguém fala” (Márcia, 41 anos); “Na verdade a gente não entendia o que era, só sabia que era parque, que era parque, mas não entendia de que e nem pra que” (Ana, 24 anos); “Bom até onde eu sei, é para preservar né? Só sei disso aí”. Preservar o meio ambiente! (Matilde, 60 anos).

Por se tratar de uma unidade de proteção integral, a posse e o território do parque é obrigatoriamente de domínio público, sendo o mesmo responsável pela regularização fundiária da área. Como a comunidade do Barroão possui uma superfície territorial extensa, a dispersão das casas dos moradores impediu a sua inclusão na área poligonal demarcada da unidade, sendo que apenas 8% dos moradores entrevistados tiveram suas casas desapropriadas. A poligonal do parque foi redefinida em 2003 aumentando de 7.000 ha para 9.275 ha, causando maiores danos para aqueles que ali habitavam.

Segundo Diegues & Arruda (2001) o território vai além da reprodução econômica, ele também representa o lócus das representações mentais e do imaginário mitológico das sociedades. Para uma sociedade que tem a agricultura como o único meio de sobrevivência, estabelece como estilo de vida o campo e só aprendeu a fazer isso durante a vida, aprender outra atividade e se sustentar a partir dela é bastante desafiador. O relato de Dalva (34 anos), reflete o impacto que a desapropriação causou em sua família: “Meus pais mesmo não quiseram sair daí, só foi mesmo porque não teve jeito, mas se fosse caso deles voltarem de novo eles voltariam. O meu pai trabalha de gari e minha mãe nem trabalha, minha mãe trabalhava em casa de família,

Damile de Jesus Ferreira; Christiana Cabicieri Profice

em restaurante, em pousada, mas depois né conforme a idade...minha mãe mesmo, teve que aprender porque ela não sabia fazer nada disso”.

Conforme o SNUC, uma de suas diretrizes elencadas no art. 5º discorre sobre a garantia às populações tradicionais e locais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação, meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos. No entanto, a realidade é totalmente diferente ao que é garantido em lei, onde os moradores não têm assistência a outros meios de subsistência e não são indenizados totalmente e devidamente. De acordo com Barreto (2015), no ano de 2014 apenas 38,2% das áreas inseridas na sua poligonal se encontravam regularizadas desde a criação da unidade. A falta de celeridade nos processos indenizatórios é um dos principais motivos atualmente para o agravamento dos conflitos socioambientais na região.

O SNUC regulamenta a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, delimitando restrições e proibições no uso dos recursos e território tanto em seu interior como no seu entorno, a fim de assegurar os objetivos propostos. A comunidade do Barroço se encontra na zona de amortecimento do parque, a qual possui restrições diante das ações dos moradores na natureza, se referindo aquelas atividades que não são voltadas para a subsistência. Com isso, os moradores deixaram de realizar atividades que realizam antes da vinda do PESC para a região. Ao serem questionados, foram relatos um total de seis atividades impedidas pela unidade, como mostra o Quadro 01.

Quadro 01. Atividades deixadas de ser realizadas com a presença do PESC.

Atividades que deixaram de ser realizadas	Quantidade de citações %
Derrubadas	46%
Queimadas	38%
Roça de Mandioca	31%
Retirada de madeira	38%
Pescar	31%
Caçar	15%

Fonte: Os autores.

A derrubada de árvores foi citada por 46% dos entrevistados, tendo a maior frequência em relação às outras atividades. A partir dos relatos as derrubadas eram feitas para a obtenção de áreas grandes, possibilitando o cultivo de culturas como o cacau, banana e mandioca, as quais serviam para a subsistência alimentar e contribuía na renda familiar.

A plantação de mandioca, por necessitar de uma área grande para o cultivo, foi mencionada por 31% dos moradores, sendo que moradores atualmente não produzem mais a farinha de mandioca para o seu consumo, dessa forma compram na cidade ou na mão de outros produtores que fora da

região. A partir da proibição da derrubada, os moradores encontraram no cultivo de hortas uma alternativa de utilização da terra sem agredir a natureza, podendo ser cultivada em um espaço pequeno, não necessitando realizar queimadas e derrubadas.

Outro motivo para a derrubada das árvores consiste no fato das casas da comunidade serem construídas de madeira. De acordo com os relatos, as casas são construídas com madeira devido ao alto custo econômico de se construir uma “casa de concreto”, considerando a baixa renda dos moradores da comunidade. Conforme a Lei Federal 11.326/06 (Brasil 2006a) e o Artigo 3º da Lei Federal 11.428/06 (Brasil 2006b) o produtor rural poderá requerer o volume de até vinte metros cúbicos a cada três anos, desde que se justifique o manejo requerido para subsistência própria ou da sua família, utilizando a matéria-prima florestal para construção de benfeitorias e utensílios na propriedade ou posse do requerente, sem propósito comercial.

Apesar de conhecerem as restrições na área em que vivem, 24% dos moradores afirmam que ainda realizam pequenas queimadas e derrubadas, no intuito de obter espaço para o plantio. Suas justificativas são reforçadas pela baixa renda, a necessidade de sobreviver a partir da roça e assim obter recursos para alimentar a família.

Constata-se que a consciência dos moradores a respeito da proteção da natureza e de seus elementos, como também o cuidado no momento de suas práticas, só reforça a noção de integridade entre os moradores locais e as estratégias de manejo e conservação dos recursos, ficando evidenciado no seguinte relato: “*Queimo dependendo do local, só não coloco assim... chegar na cabeceira de um olho d’agua e botar uma roça...não [...] se eu puder proteger eu vou proteger eles*” (José, 57 anos).

É nesse sentido que Diegues & Viana (2004) afirmam que os parques e outras categorias de unidades de conservação, acabam representando um hipotético mundo natural primitivo, pois a configuração florestal que existe hoje na zona de amortecimento do PESC, já foi manipulada pelas populações locais com suas práticas tradicionais, mesmo antes de sua instalação.

De todas as atividades citadas que foram abandonadas, a caça (15%) apareceu com a menor frequência de citações pelos moradores, sendo que a pesca apresentou uma frequência maior com 31% de citações. A pesca é uma das restrições a qual a comunidade tinha incertezas sobre a sua proibição.

No entanto, no plano de manejo do PESC foi encontrado a seguinte afirmativa: são proibidas a caça, a pesca, a coleta e a apanha de espécimes da fauna e da flora, em todas as zonas de manejo, ressalvadas aquelas com finalidades científicas. Ao se referir a “todas as zonas de manejo” a proibição da pesca recai sobre a comunidade do Barroão, já que se encontra na zona de amortecimento. Porém,

é essencial que os moradores sejam esclarecidos devidamente sobre as práticas as quais estão sujeitas a restrições na região.

O acesso e uso dos recursos naturais pelas comunidades locais em zonas de amortecimento de UCs, remete a Tragédia dos Comuns de Garret Hardin (1968) a qual se referia à superexploração dos recursos naturais manejados de forma comunal, traz à tona a discussão sobre a apropriação dos recursos naturais seja de livre acesso, propriedade comunal, privada e estatal. Neste caso, a propriedade estatal é traduzida nos parques nacionais e estaduais que, por sua vez, tomam decisões em relação ao acesso aos recursos e ao nível e natureza da exploração (Diegues 2001).

No entanto, Diegues (2001) aponta que a restrição ao uso dos recursos pelas comunidades locais, se consolida na “*tragédia dos comunitários*” retirando os moradores de suas terras, limitando o acesso aos recursos e impossibilitando a reprodução social das populações. Assim, o uso dos recursos naturais pela comunidade não compromete a sustentabilidade ecológica, desenvolvendo mecanismos eficientes de exploração racional dos bens comuns, desenvolvidos a partir do modo de vida das pessoas e da forma de apropriação dos recursos naturais (Azevedo et al. 2009).

Apesar da perspectiva positiva ao uso dos recursos de forma comunal, o livre acesso aos recursos naturais e o desrespeito aos critérios estabelecidos comunitariamente em relação ao seu uso, chega a causar conflitos internos e intensa degradação da natureza juntamente com a escassez de seus recursos.

Diante deste cenário, os moradores ao serem questionados “se o PESC não existisse você acha que essa área estaria preservada ou degradada?”, todos os entrevistados afirmaram que toda a região estaria degradada se não houvesse a presença do parque, conforme a entrevistada relata: “*Não, estava destruída mesmo, bem destruída. Porque os madeireiros não iam parar mais, eles iriam serrar cada vez mais porque sabiam que estava livre, podia destruir*” (Telma, 40 anos).

Como mostra um dos relatos, a retirada da madeira era a maior ameaça ao meio ambiente, sendo o principal motivo para a instalação do parque ser vista como algo bom e positivo para a região, impedindo a ação dos madeireiros e conseqüentemente a derrubada das árvores.

Dentre os entrevistados, 24% dos moradores indicaram propostas para melhorias na comunicação entre a comunidade e o parque. A maior queixa dos moradores é a falta de oportunidade de trabalho, pois o parque não oferece opções de emprego para a comunidade e nem alternativas para conseguir renda, já que estão impedidos de realizar muitas atividades.

Uma das propostas indicadas pelos moradores foi a criação de um restaurante dentro do parque, consistindo em uma forma de gerar oportunidades para os moradores, prestando serviço ao público externo como turistas e pesquisadores, além de adquirir os produtos artesanais nas mãos dos moradores locais valorizando desta forma a agricultura familiar, maximizando a produção e valorando seus recursos.

Embora exista no plano de manejo da unidade um subprograma que tem como objetivo garantir às populações locais meios de renda e de subsistência alternativos, na prática a sua aplicação se torna ineficiente. Medeiros & Pereira (2011) apontam que as dificuldades de gestão estão diretamente relacionadas à elaboração dos planos de manejo, como a falta de apropriação institucional dos planos de manejo pelos órgãos gestores, o que faz com que esses instrumentos de planejamento fiquem esquecidos e a gestão das unidades de conservação seja baseada na solução de questões imediatas, sem um planejamento devido.

Apesar da ineficácia dos planos de manejo, as dificuldades na gestão das unidades perpassam por fatores externos que vão além de sua autonomia. Segundo Bensusan (2006), uma das grandes dificuldades na implementação e na gestão das unidades trata-se a de natureza financeira, a qual é responsável pela efetiva implantação após sua criação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de unidades de conservação, seja de uso sustentável ou de proteção integral, acarreta sérios conflitos ambientais com as populações locais. O uso indireto dos recursos naturais e a expropriação territorial são fatores intrínsecos que alimentam diversas lutas travadas entre os atores envolvidos.

A comunidade do Barroço, por se situar na zona de amortecimento do parque, sofre impactos e mudanças desde a criação da unidade na região. De acordo com os relatos dos moradores, o distanciamento entre a comunidade e a gestão do parque fica evidente, pela baixa visitação ao parque por parte dos moradores, a ausência de programas que atendam a comunidade e o pouco envolvimento dos moradores desde a criação do parque à gestão.

Os moradores mostraram ter conhecimento sobre a função do parque na localidade, porém estas informações não foram passadas por membros do PESC exclusivamente, e sim por troca de informações entre os moradores da própria comunidade. Preservar o meio ambiente foi a função mais citada pelos moradores, a qual é exercida a partir das proibições na área.

As restrições na zona de amortecimento impediram diversas atividades antes realizadas pelos moradores. Mesmo a comunidade entendendo que não é a principal responsável pelo agressivo desmatamento da área, os moradores compreendem a necessidade de também se privarem de algumas práticas que afetam o meio ambiente. Mesmo com todas as críticas, conflitos e desavenças com os gestores do parque, os moradores reconhecem a importância que ele tem para a conservação da biodiversidade local, para a qualidade da água, do solo e do clima, se preocupando com a preservação do parque.

Diante do contexto e da natureza da relação estabelecida entre o parque e a comunidade, é necessário que exista uma atualização do plano de manejo da unidade, assim como a conclusão do processo de regularização fundiária. Além disso, percebemos como demandas a curto e médio prazo a elaboração e implementação de programas de educação ambiental, empreendedorismo rural e de desenvolvimento socioeconômico voltado para as comunidades do entorno da unidade, proporcionando o envolvimento e participação em sua gestão.

REFERÊNCIAS

- Azevedo AI, Martins HT, Drummond JAL 2009. A dinâmica institucional de uso comunitário dos produtos nativos do Cerrado no município de Japonvar (Minas Gerais). *Sociedade e Estado*, 24(1):193-228.
- Bahia 2005. *Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Conduru*. Bahia, 369 pp.
- Bardin L 2009. *Análise de Conteúdo*. Edições 70, LDA, Lisboa-Portugal, 280 pp.
- Barreto M 2015. *Parque Estadual da Serra do Conduru: histórico da criação, implementação e conflitos socioambientais*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Serra Grande, 140 pp.
- Bensusan N 2006. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 176 pp.
- Brasil 1994. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. *Resolução nº 005, de 4 de maio de 1994*. Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica. Diário Oficial da União de 30/05/1994.
- Brasil 2006a. *Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006. Dispõe sobre as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.
- Brasil 2006b. *Lei Federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências*. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm.

Brasil 2008. *Presidência da República. Decreto 6.447, de 7 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos.* Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6447.htm.

Brasil 2013. *Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.* Diário Oficial da União, Brasília, 17 jun. 2013.

Brasil 2017. *Ministério da Educação. Censo Escolar da Educação Básica 2016 – Notas Estatísticas.* Brasília.

Creswell JW 2010. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.* 3.ed. Artmed, Porto Alegre, 150 pp.

Diegues AC 2001. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In AC Diegues, ACC Moreira (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum.* NAPAUB-USP, São Paulo, p. 97-124.

Diegues AC, Arruda RSV 2001. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.* Ministério do Meio Ambiente / USP, Brasília / São Paulo, 211 pp.

Diegues AC, Viana VM 2004. *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.* NUPAUB/CEC, Ed. Hucitec, São Paulo, 143 pp.

Hardin G 1968. The tragedy of the commons. New Series, *Science*, 162(3859): 1243-1248.

Jardim JG 2003. Uma caracterização parcial da vegetação da região sul da Bahia, Brasil. In PI Prado, EC Landau, RT Moura, LPS Pinto, GAB Fonseca, K Alger. *Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do sul da Bahia.* Publicação em CD-ROM, IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP, Ilhéus.

Leff E 2009. *Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental.* Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 439 pp.

Lucena MMA, Freire EMX 2011. Percepção Ambiental sobre uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pela comunidade rural do entorno, Semiárido brasileiro. *Educação Ambiental em Ação*, 9(35): 60-74.

Marín JOB 2009. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. *Estudios Sociológicos*, 27(80): 619-653.

Medeiros R, Pereira GS 2011. Evolução e Implementação dos Planos de Manejo em Parques Nacionais no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Árvore*, 35(2): 279-288.

MMA (Ministério do Meio Ambiente, Brasil) 2006a. *O corredor central da mata atlântica: uma nova escala de conservação da biodiversidade.* Ministério do Meio Ambiente, Conservação Internacional e Fundação SOS Mata Atlântica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Conservação Internacional, 46 p.

MMA (Ministério do Meio Ambiente, Brasil) 2006b. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000.* Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Brasília, MMA/SBF.

Pradeiczuk A, Renk A, Danieli MA 2015. Percepção Ambiental no entorno da Unidade de Conservação Parque Estadual das Araucárias. *Revista Grifos*, 24(38/39): 13-32.

Pureza F, Pellin A, Padua C 2015. *Unidades de Conservação: Fatos e Personagens que fizeram a história das categorias de manejo*, 1.ed. Matrix, São Paulo, 228 pp.

Shiraishi JC 2010. Percepção Ambiental Sobre a Reserva Biológica da Contagem - DF. In *V Encontro Nacional da ANPPAS*, Florianópolis. Anais Eletrônicos.

Silvestro ML, Abramovay R, Mello MA, Dorigon C, Baldissera IT 2001. *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura*. Epagri / Nead, Florianópolis, SC / Brasília, 120 pp.

Vasco AP, Zakrzewski SBB 2010. O estado da arte das pesquisas sobre Percepção Ambiental no Brasil: The state of the art in research on environmental perception in Brazil. *Rev. Perspectiva*, 34(125): 17-28.

Whyte AVT 1977. Guidelines for field studies in Environmental Perception. *Technical Notes 5*. UNESCO, Paris, 118 pp.

Environmental Perception of Conservation Unities: the look of the rural community of Barroão surrounding the State Park of Serra do Conduru – BA

ABSTRACT

The current relationship among humans and nature established by the capitalist society is characterized by the domination and degradation of natural environments. Thus, for environmental politics, Conservation Unities (UCs) of full protection guarantee the conservation of biodiversity, though there is still no recognition of the important role of local communities in the sustainable management of resources in the process of environmental management and biodiversity conservation. Therefore, the aim of this work was to comprehend the environmental perception of the rural community of Barroão (Uruçuca-BA) located in the surroundings of the State Park of Serra do Conduru (PESC), identifying the type of relationship established between the community and PESC. The study is a qualitative-quantitative research, with phenomenology as its theoretical-methodological matrix. The data was collected using semi-structured interviews with 13 members of the community association Doces e Segredos da Floresta, starting from an itinerary elaborated following the methodological orientations of the environmental perception of Whyte (1977). The analysis showed a distancing between the management of the PESC and the local community, evidencing the absence of the participation of the residents in the processes of creation and management of the UC. Although they establish a conflict

relationship with the unit, the residents recognize the park's function and consider it important in the conservation of the environment.

Keywords: Environmental Perception; PESC; Environmental Management; Atlantic Forest.

Submissão: 10/02/2018

Aceite: 08/07/2019